

Caminhos Cruzados: Diplomatas e Acadêmicos na Construção do Campo de Estudos de Política Externa Brasileira

Leticia Pinheiro (PUC-RJ)

Paula Vedoveli (PUC-RJ)

Certamente não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, tanto quanto se possam estendê-las, capazes de suprimir a *particularidade* do lugar de onde falo e do domínio em que realizo uma investigação. Essa marca é indelével. (Michel de Certeau, *A Escrita da História*, 1982, p.65)

The study of international relations is not an innocent profession. It can do harm as well as good. (Sir James Cable, *The Useful Art of International Relations*, p.305)

Resumo: *No cenário brasileiro, constata-se uma íntima conexão entre a produção intelectual de diplomatas e a produção de acadêmicos atuantes no campo de política externa. A partir deste cenário, as atividades de formulação e análise de política externa são dois exercícios que se confundem na figura do diplomata enquanto intelectual e acadêmico, personagem que aparece a partir da década de 1970 com a institucionalização e burocratização do serviço diplomático. Como, portanto, explicar a formação dessa dupla identidade que o diplomata brasileiro exerce no cenário nacional? Ao sublinhar sua contribuição substantiva, indagamos de onde provém esse reconhecimento do diplomata enquanto intelectual, fenômeno reconhecido como legítimo e estimulado pela sociedade brasileira. Este artigo argumenta que essa nova figura se desenvolve a partir dos intelectuais enquanto diplomatas, atores do final do século XIX e início do XX reconhecidos como porta-vozes e representantes do interesse nacional, assim como intérpretes do pensamento brasileiro e da intelectualidade do período. Tal reconhecimento se mantém apesar do processo de institucionalização das Ciências Sociais em geral e das Relações Internacionais em particular, no Brasil, angariando autorização e reconhecimento de pesquisadores e acadêmicos da área. Pretendemos investigar ainda em que bases esse diálogo é realizado e quais são as conseqüências para o*

conteúdo analítico produzido pela área de estudos de política externa brasileira.

Palavras-chave: *Estudos de política externa brasileira; Intelectuais; Diplomatas.*

Introdução

No campo de estudos de política externa brasileira, encontramos um número expressivo de análises assinadas por diplomatas¹ ao lado dos trabalhos produzidos por acadêmicos. Tais diplomatas constroem suas análises tanto a partir do lugar social ocupado por um funcionário de Estado quanto da perspectiva de intelectuais qualificados para analisar as práticas de um campo que é constituinte da sua identidade profissional e do seu ambiente de convivência social e institucional. Neste ensaio procuramos investigar que processo sócio-histórico levou a que estes diplomatas se inscrevessem simultaneamente no campo burocrático e no campo da intelectualidade², bem como levantar algumas hipóteses sobre que efeitos esta inscrição³ produziu sobre o conteúdo substantivo das

¹ Apesar da constatação de que no exercício da diplomacia brasileira encontramos figuras que não tiveram formação específica para tal e de que, em vista da extensa agenda de política externa do país na atualidade, funcionários de outras burocracias são também formuladores dessa política, neste ensaio nosso foco recai exclusivamente sobre a figura do diplomata de carreira.

² BOURDIEU, 2005; 2006.

³ Alguns autores afirmam que a adesão de diplomatas aos parâmetros acadêmicos de produção de saber e passagem por instituições acadêmicas de prestígio são elementos suficientes para explicar o reconhecimento conferido aos mesmos enquanto analistas de política externa. Embora apoiada em dados relevantes, essa explicação não considera as implicações advindas dessa dupla atuação. A este respeito, gostaríamos de nos valer de um alerta feito por um diplomata de carreira: “Diplomats, even when producing ostensibly academic works, will tend both to avoid saying certain things (an occupational hazard) and to say certain other things for reasons that are much more political than academic”. VARGAS, 2009, p.1.

interpretações desenvolvidas nas últimas décadas sobre a política externa brasileira.

A constatação desta dupla inscrição do diplomata brasileiro e sua subsequente atuação enquanto analista de política externa passou a gerar inquietude em nossas atividades de pesquisa e docência. Afinal, se em inúmeros artigos acadêmicos podíamos identificar conceitos e idéias produzidos e/ou presentes em trabalhos de diplomatas; se na mídia é recorrente a sua presença como analistas e comentaristas de relações internacionais; e se, em programas de disciplinas em nível de graduação e de pós-graduação em Relações Internacionais e Ciência Política no país, notamos tanto a presença de obras assinadas por diplomatas quanto títulos produzidos por acadêmicos (a ambos podendo ser concedido idêntico estatuto⁴), como explicar e o que deduzir dessa situação? A inquietude não é gerada apenas pela constatação de que essa dupla inserção ocorre, mas especialmente pela observação dos efeitos que ela produziu sobre as interpretações de política externa desenvolvidas por acadêmicos nas últimas três décadas. Nesse caso, torna-se necessário problematizar como e em que bases os acadêmicos especializados em política externa brasileira têm adotado a produção de conhecimento originária da diplomacia em seus próprios estudos e em sua atividade docente.

Este artigo não tem como objetivo a construção de um muro entre a diplomacia e a academia no que tange a produção de análises sobre a

⁴ Em questionário distribuído entre professores de programas de Pós-Graduação e Graduação em Relações Internacionais no país, muitos dos entrevistados ao mesmo tempo em que afirmaram distinguir a produção dos diplomatas da produção dos acadêmicos em termos de sua inserção institucional, também indicaram realizar uma apropriação ambígua da produção dos diplomatas ao utilizá-la tanto como fonte para suas respectivas análises sobre a posição da diplomacia brasileira quanto como análise interpretativa, ou seja, de ordem explicativa da política externa.

política externa brasileira. No entanto, embora reconheçamos a excelência de muitos trabalhos assinados por diplomatas e que o diálogo entre ambos os campos é profícuo tanto para diplomatas quanto para acadêmicos⁵, acreditamos que esse tenha que ser realizado a partir da percepção do conteúdo político implícito desde a identificação do *lugar social*⁶ em que *ambos* se inscrevem e das estratégias que orientam suas pesquisas⁷.

Uma das consequências da não percepção de suas implicações, em especial da equivalência da atuação intelectual do diplomata com o trabalho acadêmico⁸, seria a constituição daquilo que Hurrell identificou

⁵ Neste particular, concordamos com as bem fundamentadas ponderações de Fonseca Jr. (2011, embora originalmente escrito em 1981) em seu excelente trabalho sobre as relações entre e o Itamaraty e a comunidade acadêmica acerca da relevância política e heurística do diálogo entre as duas comunidades. A propósito, vale registrar que, embora o presente artigo já tivesse sido redigido em sua primeira versão antes da publicação desta obra, é de se sublinhar a afinidade das preocupações entre ambos, ainda que nem sempre estejamos de pleno acordo. Talvez esta coincidência se deva em grande parte ao fato deste ensaio ser resultado de um encontro entre duas gerações distintas de especialistas em política externa brasileira, sendo uma dessas especialistas, contemporânea e, num certo sentido, constituinte e também produto do contexto tão bem analisado por Fonseca Jr.

⁶ DE CERTEAU, 1982.

⁷ Sobre esse ponto, vale fazer nova menção ao livro de Gelson Fonseca Jr. Originado de uma tese do Curso de Altos Estudos que o diplomata apresentou em 1981, o livro tem como objetivo sugerir linhas de intercâmbio entre o Itamaraty e a na época nascente academia brasileira de Relações Internacionais. Embora a obra atualmente possa ser como uma análise historicamente datada da evolução da academia por um membro do MRE, deve ser também registrado que o autor, ao escrevê-la, tem como objetivo sugerir linhas políticas a serem seguidas pelo Itamaraty em seu relacionamento com a academia. Em suas palavras, “[a]lém de descrever o processo de emergência de uma especialização acadêmica, a tese, em seu segundo eixo analítico, faz algumas propostas sobre as opções que se abrem para o Itamaraty o diálogo com a academia. Assim, tenta responder à questão de como a instituição deve enfrentar essa nova realidade no processo de formulação acadêmica.” FONSECA Jr., 2011, p.33. Veja também nas páginas 36 e 37 seu alerta sobre não se pretender “alcançar exigências formais de rigor acadêmico (embora o assunto seja abordado em tom acadêmico)” e definir esta tese como uma “avaliação diplomática”.

⁸ Não estamos com isso questionando o rigor das análises produzidas por diplomatas, somente sublinhando os estrangulamentos impostos na produção de conhecimento que seu lugar social lhes impõem.

como um tipo de “informal ideology of foreign policy”⁹. Desta forma, reconhecendo a qualidade das interpretações que a produção intelectual de diplomatas forneceu e continua fornecendo sobre política externa brasileira¹⁰, assim como entendendo que a produção acadêmica *stricto sensu* também é marcada pelo lugar social a partir do qual seus integrantes falam¹¹ - ou, de modo mais amplo, apontando a dimensão pública da atividade intelectual no Brasil¹²; e por fim, sublinhando nossa certeza de que essas reflexões se somam e se transformam, o que anima esta discussão não é uma apologia da imparcialidade na produção de conhecimento, mas sim o exame das bases sobre as quais se assenta o diálogo entre os que, a partir de cada um destes dois campos, falam de política externa.

Organizamos esse artigo em três partes. Na primeira, abordamos a relação entre a formação da intelectualidade brasileira e a burocratização da corporação diplomática na primeira metade do século XX. Essa seção sugere que houve uma simbiose inicial entre a atuação política de diplomatas e sua atividade intelectual, dando origem à figura do *intelectual enquanto diplomata*, inscrito simultaneamente no campo político e no campo intelectual. O processo de burocratização e racionalização da atividade diplomática transforma os termos desta relação a partir dos anos 1940, quando passa a emergir a figura do *diplomata enquanto intelectual*. Sugerimos que, ao invés de propor uma

⁹ HURRELL, 2004, p.7.

¹⁰ Acrescente-se que a contribuição de diplomatas aos campos de conhecimento não se restringe às reflexões sobre sua própria atuação ou, de modo mais amplo, sobre as relações internacionais. Aos quadros do Itamaraty pertenceram também intelectuais como José Guilherme Merquior ou Sérgio Paulo Rouanet que, embora tenham oferecido reflexão de excelência no campo do direito, filosofia, letras e sociologia, não pertencem ao grupo de diplomatas a que neste artigo fazemos referência.

¹¹ CABLE, 1985, p.303.

¹² M. CARVALHO, 2007.

separação entre os dois campos, esse processo vai manter a inscrição do diplomata no campo intelectual por meio de incentivos à prática acadêmica, muito embora produza uma transformação no campo em que este passa a estar primordialmente inserido – no caso, o campo burocrático. Por sua vez, a figura do *diplomata enquanto acadêmico*¹³ passa a surgir dentro da corporação e em meio a outras figuras a partir da década de 1970, quando o processo de formação e expansão do campo de RI no Brasil vai estimular o desenvolvimento de um espaço acadêmico dedicado especificamente ao estudo da política externa brasileira e a emergência de um grupo de acadêmicos voltados para o estudo do tema.

Na segunda parte do artigo, apontaremos como a institucionalização das Ciências Sociais e a subsequente formação da área acadêmica de RI no Brasil não conseguiram promover completamente a autonomia do campo de estudos de política externa da sua relação historicamente simbiótica com a produção de saber no interior da diplomacia. Trata-se de examinar, a partir da observação da atuação das principais instituições e atores que lideraram esse processo no Brasil, como a nova etapa de desenvolvimento desse campo de estudos (principalmente a partir da década de 1970) vai estimular a manutenção de muitas das bases em que o diálogo havia sido anteriormente constituído. Por fim e a título de conclusão, ensaiamos apontar criticamente para algumas das consequências já vislumbradas desse estado de coisas sobre as interpretações a respeito da política externa brasileira – em particular a formação de seus eixos, diretrizes, conceitos e paradigmas.

¹³ Agradecemos a João Marcelo Maia a sugestão de trabalharmos também com esta categoria para a definição deste novo perfil do diplomata brasileiro.

Os intelectuais¹⁴ enquanto diplomatas

O movimento histórico que resultou na atual sobreposição dos campos burocrático e intelectual pode, em parte, explicar porque ainda hoje acadêmicos e outros personagens da sociedade civil brasileira identificam as análises da política externa brasileira produzidas por diplomatas com os demais estudos sobre o tema desenvolvidos no campo acadêmico¹⁵. Esse movimento de sobreposição foi reforçado pelo fato de a corporação diplomática brasileira ter sido formada, em sua grande maioria, a partir de quadros da jovem intelectualidade brasileira: o diplomata muitas vezes era antes um intelectual, sendo a atividade diplomática apenas uma de suas muitas áreas de atuação enquanto homem público.

Embora possamos dizer que hoje em dia o diplomata atua em um ambiente burocrático densamente institucionalizado¹⁶ e que o funcionário do Ministério das Relações Exteriores possui características (como origem social, idade média, formação educacional e padrões socioeconômicos) completamente diversas daqueles dos agentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a corporação preservou mecanismos que alimentam o reconhecimento exógeno conferido aos

¹⁴ Utilizamos a palavra “intelectual” para nos referir a todos os letrados, artistas e funcionários públicos que produziam e participavam do ambiente intelectual e cultural do Brasil, não estabelecendo critérios para hierarquizar suas obras ou avaliar o impacto do seu pensamento na sociedade brasileira. Ver M. CARVALHO, 2007, p.18.

¹⁵ Essa atuação acadêmica seria estimulada através de mecanismos como o processo interno de socialização e posteriormente, o intercâmbio de professores com a Universidade de Brasília (LESSA, 2005, p.15), a instituição de monografias de final de curso enquanto projetos de investigação, a formação de cursos de aperfeiçoamento de diplomatas já na ativa, o progressivo reconhecimento de seu programa pelo Ministério da Educação (MOURA, 2006; 2007), entre outros, situações que examinaremos mais com maior detalhe posteriormente.

¹⁶ CHEIBUB, 1984.

diplomatas para atuarem enquanto analistas de seu *métier*. Nesse artigo argumentamos que esse reconhecimento em parte pode ser explicado pela manutenção da identificação da figura do diplomata com a do intelectual público - em especial em sua versão de agente de transformação do Estado na sociedade civil. É possível que a interseção entre as práticas do diplomata e do intelectual ao longo do século XX tenha tornado as distinções entre estes lugares sociais mais tênues e difíceis de serem identificadas em suas produções.

Esse argumento requer uma análise da formação da intelectualidade brasileira desde o século XX, quando temos simultaneamente a formação do Estado nacional e dos primeiros quadros do funcionalismo público assim como as primeiras instituições de caráter intelectual¹⁷. Requer ainda a análise da formação dos quadros tradicionais da diplomacia brasileira e do seu processo de institucionalização e burocratização. Por último, faz-se necessário investigar as conseqüências que o fortalecimento da comunidade acadêmica no Brasil pós 1970 – com o estabelecimento de programas de pós-graduação nas principais universidades brasileiras - produziram sobre o perfil do intelectual público brasileiro e, por conseguinte, nas práticas associadas ao funcionário do Estado.

Intelectuais ou Diplomatas? Da geração de 1870 ao Regime Militar

Um traço que permeou a formação da intelectualidade brasileira foi sua íntima associação com a formação do Estado brasileiro. Desde o período imperial¹⁸, a atividade pública e o exercício intelectual eram

¹⁷ J. CARVALHO, 2007.

¹⁸ M. CARVALHO, *op. cit.*, p.20.

faces da mesma moeda de atuação da nascente classe política a ponto de serem instâncias complementares de uma prática política.

O ponto alto da atuação dos políticos-intelectuais¹⁹ durante o século XIX foi alcançado com a geração de 1870. Esta viu surgir os principais intelectuais diplomatas do final do Império e do início da República (Joaquim Nabuco, José Maria da Silva Paranhos Júnior, Manuel de Oliveira Lima, entre outros), considerados por muitos membros da corporação²⁰ como fundadores das principais práticas associadas ao exercício da moderna diplomacia brasileira. Para esses, a atividade intelectual era prática constituinte da sua atuação política (sendo a diplomacia apenas uma possibilidade menor²¹); em muitos casos sua sobrevivência política e o sucesso dos seus projetos também dependiam da habilidade em participar de redes para além da esfera do Estado, publicar em jornais e revistas, etc. Não é de surpreender, portanto, que a rede de sociabilidade da qual participam os mais renomados intelectuais-diplomatas do período incluísse especialmente jornalistas, poetas, romancistas e estudiosos, fato cristalizado na composição da Academia Brasileira de Letras desde sua fundação.

Esses *intelectuais enquanto diplomatas* participavam de um movimento mais geral de constituição da intelectualidade brasileira ao longo do início do século XIX: a ausência de autonomia relativa do campo intelectual em relação a outras instâncias do poder, como o

¹⁹ ALONSO, 2003.

²⁰ MOURA, 2008.

²¹ Para esses intelectuais-diplomatas, a atuação diplomática dificilmente constituiu-se como o objetivo central de sua carreira política ou mesmo a sua principal ocupação. Muitas vezes ela era vista como um prêmio de consolação; em um período no qual a política doméstica é o mais prestigiado e lucrativo destino, a atuação diplomática apresentava-se como uma escolha subótima na direção a uma carreira política de nível nacional. ALONSO, 2007, p.77.

próprio campo político²², e a consequente *indistinção* entre a atividade política e a intelectual. Miceli caracterizará o intelectual-diplomata como um “mandarim”, “mistura de grão-senhor da burocracia, de diplomata e de homem mundano”²³, apontando para o lugar especial que ocupa dentre os demais funcionários públicos e no mundo do saber. Ao fazê-lo a partir da analogia com o mandarim, embora esta tenda a sobredestacar a posição de subordinação do trabalho intelectual, sublinha ainda o reconhecimento implícito que estes agentes recebiam enquanto agentes e intelectuais (a serviço) do Estado.

Para Miceli, o problema da distinção dos membros pertencentes à elite intelectual e à elite burocrática tem origem na participação de intelectuais no processo de expansão da máquina burocrática do Estado²⁴. Esse processo produz uma confusão entre o conteúdo intelectual e as matizes políticas presentes na produção desses mesmos intelectuais²⁵ ao mesmo tempo em que reforça sua identificação como pensadores do Estado na sociedade civil. A análise de Miceli aponta para o principal efeito da recente (e relativa) autonomia do campo intelectual em relação ao campo político: a existência de certa ambiguidade na produção intelectual²⁶.

Essa dimensão pública do intelectual brasileiro – do qual participam os diplomatas – se mantém apesar de perspectivas que

²² MICELI, 1977, p.15. O autor afirma ainda que a falta de autonomização do campo intelectual e a indissociação entre atividade intelectual e política permanece ainda nas décadas de 1910 e 1920 e que só haverá uma independência parcial com a criação de programas de pós-graduação e a instituição de cursos de graduação em universidades pelo país nas décadas seguintes. Sobre esse último ponto, ver ainda M. CARVALHO, *op. cit.*

²³ MICELI, 1977, p.70-71.

²⁴ MICELI, 1979, p.132.

²⁵ Idem, p.146. Ver ainda ANDRADE, 1975, p.66-69.

²⁶ VIANNA, 2004.

apontavam para uma mudança em função da institucionalização acadêmica a partir da década de 1970. Embora fosse esperado que a participação do intelectual público declinasse em função da maior institucionalização da academia²⁷, teria havido um padrão de continuidade no que se refere à relação entre intelectuais e vida pública no Brasil²⁸. Esse mesmo processo pode ser observado no caso da corporação diplomática, a despeito do forte processo de burocratização e institucionalização a qual foi submetida²⁹.

Resta explicar, portanto, o que mantém a identidade do diplomata intimamente associada à atividade intelectual ainda hoje na sociedade brasileira. Sugerimos adiante que a inscrição dos diplomatas na intelectualidade é preservada e que esse fenômeno pode ser explicado pela permanência de traços de ambos os lugares sociais através de mecanismos que sublinhavam programa de formação acadêmico-intelectual³⁰ mesmo após a conclusão do processo de burocratização e institucionalização da carreira.

²⁷ M. CARVALHO, *op. cit.*, p.22.

²⁸ *Idem*, p.25.

²⁹ Se avaliássemos o caso brasileiro a partir da sociologia de burocracias, poderíamos sugerir que tal processo conferiria a esses funcionários uma dimensão mais técnica que humanista e, portanto, atenuaria a indistinção entre a sua atuação intelectual e atividade política - o que não ocorre. BERLINCK *apud* WEBER, 2008, p.12. Para Weber, os funcionários necessitam, enquanto membros da administração de um Estado, de aptidões intelectuais para exercerem seus cargos de maneira adequada, com integridade e sentimento de honra corporativa (*op. cit.*, p.69), o que não os torna, contudo, “cientistas” de acordo com a acepção que esse conceito possui no vocabulário weberiano, uma vez que os funcionários estão inevitavelmente comprometidos indiretamente com a política e com o exercício do poder (*op. cit.*, p.56 e p.58).

³⁰ SANTOS, 2005b, p.24. O movimento de academização dos diplomatas foi posterior e não coincidiu com o início do processo de burocratização, como a autora dá a entender. O processo de burocratização “[...] se inicia com a criação do IRBr, em 1945, e culmina com a mudança do MRE para Brasília, em 1970 (quando é criado o Dia do Diplomata, na data de aniversário do patrono), tem um simbolismo que, com raízes no parentesco, passa a designar a instituição.” MOURA, 2007, p.109.

O papel do diplomata *enquanto* intelectual

Esta sobreposição dos campos político e intelectual a que nos referimos anteriormente resultou em uma multiplicidade de lugares sociais que podiam ser acumulados e ocupados simultaneamente. Esse fenômeno contribuiu para a manutenção da indistinção entre a atividade política e a atividade intelectual que, embora tenha sido assentada em bases diferenciadas a partir da década de 1930, permaneceu pouco problematizada até o início da década de 1970³¹, quando se inicia no país a construção dos programas de pós-graduação nas universidades brasileiras na área de Ciências Sociais. A atuação diplomática não fugiu a esse padrão; como membros de dois campos, os diplomatas, enquanto funcionários, podiam falar e produzir em nome do Estado e de seus “interesses nacionais”³², e, como intelectuais, elaboravam análises muitas vezes com o objetivo de contribuir para o processo de modernização da sociedade.

Nesse movimento, os diplomatas não deixam de ser *intelectuais* para serem *burocratas* – são ambos ao mesmo tempo. Embora o processo de profissionalização em curso a partir da década de 1940 tenha aumentado progressivamente o senso de pertencimento à máquina burocrática³³, este não diluiu essa associação com a intelectualidade. A

³¹ Há três grandes acontecimentos que podem explicar essa mudança a partir da década de 1970: 1) a reforma do ensino básico levada a cargo pela administração Capanema nas décadas de 1930 e 1940 que diminuiu o caráter humanista e aumentou a qualidade técnica e aplicada do ensino; 2) a profusão de programas de graduação em História e Ciências Sociais ao longo das décadas de 1940, 1950 e 1960 com a abertura de novos centros universitários e 3) a instalação de programas de pós-graduação nas mesmas áreas, especialmente em Ciência Política a partir da década de 1970 e em Relações Internacionais a partir da década de 1980 (como a UnB e o IRI da PUC-Rio).

³² MOURA, 2006, p.25.

³³ CHEIBUB, 1984, p.30.

principal consequência da profissionalização da carreira diplomática para a questão que analisamos é justamente a mudança nos termos de relacionamento com o campo intelectual: antes *intelectuais enquanto diplomatas*, os novos funcionários agora ocupam primeiramente posição no campo burocrático, tornando-se, assim, *diplomatas enquanto intelectuais*³⁴. O que queremos marcar com essa expressão é a mudança no lugar social ocupado predominantemente e a partir do qual os diplomatas passam a atuar como intelectuais na sociedade brasileira. Sugerimos a seguir que, enquanto a inserção primeira no campo burocrático deriva em grande parte da força e importância do processo de socialização³⁵ e aquisição do *ethos* próprio à corporação, a continuidade da inscrição dos diplomatas no campo intelectual vai ser estimulada especialmente no Instituto Rio Branco (IRBr)³⁶ por meio de sua participação em signos da academia³⁷.

Enquanto uma área acadêmica dedicada especialmente ao estudo da política externa brasileira ainda não havia se institucionalizado,

³⁴ É importante observar que essa mudança não passou despercebida para alguns personagens que viveram esse processo, embora tenha sido qualificada a partir de pontos de vista e posicionamento políticos diferenciados. O embaixador Marcílio Marques Moreira, por exemplo, nota que o processo de profissionalização ocorrido a partir da década de 1960 - e com maior intensidade a partir dos anos 1970 - teria "empobrecido" a formação intelectual e humanista que caracterizava os diplomatas da primeira metade do século XX e que seria o foco do IRBr (mais intelectual que profissional). Certamente seu relato precisa ser relativizado, especialmente no que concerne ao seu qualificativo de "empobrecimento". Podemos ler seu testemunho como um sinal da mudança de identidade do diplomata, agora antes burocrata que intelectual, mesmo que a carreira preserve alguns traços de inserção intelectual através de sua presença na academia. A citação do embaixador de uma tese do CAE como sinal desse empobrecimento é um curioso posicionamento frente à mudança do que significa ser intelectual para os diplomatas após 1970. Ver MOREIRA, 2001, p.33 e 36.

³⁵ MOURA, *op. cit.*, p.21.

³⁶ *Idem*, p.19. Moura apontará ainda que esse processo de autonomização da carreira diplomática dependeu em grande medida da transferência da sede do IRBr do Rio de Janeiro para Brasília em 1970, ao proporcionar maior senso de distinção perante outros segmentos sociais.

³⁷ FONSECA Jr., 2011.

aqueles que produziam sobre temas relacionados ao comportamento internacional do Brasil eram juristas, bacharéis e/ou historiadores, que avaliavam o objeto a partir de perspectivas de suas disciplinas, ou eram os próprios diplomatas³⁸. Grande parte da produção dos primeiros, como da dos segundos³⁹, se tornará leitura obrigatória para os recém-ingressos no IRBr. Neste último caso, iniciava-se um processo de socialização dos jovens diplomatas em uma *tradição* em que há o reconhecimento de que os seus pares não atuam somente como agentes de Estado, mas também enquanto intelectuais que analisam as políticas de Estado.

Esse estímulo à continuidade da dupla inscrição, embora agora com a predominância de sua inscrição no campo burocrático, é gerado pela própria estrutura do IRBr e dos cursos que os diplomatas precisam fazer ao longo de sua carreira⁴⁰, em constante contato (e muitas vezes, intercâmbio) com a área acadêmica no Brasil. Em 1975, o Curso de

³⁸ Idem.

³⁹ Estes beneficiados pela política editorial da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) de divulgação da produção da Casa.

⁴⁰ Muitos já demonstraram (BARROS, 1978; CASTRO, 1990) a importância do processo de socialização para a formação, homogeneização e coesão da corporação e tantos outros já indicaram (CHEIBUB, *op. cit.*; MOURA, *op. cit.*) as semelhanças de tais processos com aqueles aos quais os jovens diplomatas são submetidos. Os militares, por exemplo, também realizam cursos de caráter acadêmico durante a sua carreira, muitos ministrados por professores civis ligados a instituições de ensino superior. Contudo, por que os militares não possuem o mesmo reconhecimento que os diplomatas desfrutam para analisar matérias de política externa de segurança e defesa? Parte da resposta a essa pergunta pode ser buscada em três características da formação da corporação militar no Brasil: 1) com exceção dos quadros de oficiais de Marinha, no século XIX a escolha pela carreira militar representava ou uma forma de ascensão social, quando realizada por setores da classe baixa, ou um sinal de queda, quando escolhida por filhos da elite decadente – de qualquer forma, a esse estrato não estavam abertas as portas da política institucionalizada nem da participação nos círculos da intelectualidade; 2) o histórico de intervenção dos militares na arena política civil por meio de diversos golpes e impugnações polarizou a figura política dos militares no imaginário brasileiro, impedindo a concessão do mesmo estatuto de analista da realidade brasileira concedido a tantos diplomatas no Brasil. As autoras agradecem a Eduardo Achilles por trazer esta comparação.

Preparação à Carreira Diplomática (CPCD) foi reconhecido pelo Ministério da Educação como curso de nível superior (paralelamente iniciando o profícuo intercâmbio de professores com a Universidade de Brasília) e, em 2002, passa a ser reconhecido pela CAPES como Mestrado Profissional, sendo então regularmente avaliado pelo Comitê de Ciência Política e Relações Internacionais da CAPES. Note que esta exigência trouxe aos membros do Comitê de Avaliação uma preocupação relativa à adoção de critérios acadêmico-científicos de excelência que mantivessem o rigor necessário a uma avaliação criteriosa, mas que ao mesmo tempo fossem compatíveis com a avaliação de todos os demais Programas, independente da diferença de sua missão e objetivos⁴¹.

O caráter acadêmico promovido pelo IRBr em seu Mestrado Profissional é explicitado ainda na lista de matérias ofertadas pelo Instituto⁴² e pelo estímulo que a instituição oferecia para que seus quadros cursassem programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil ou no exterior⁴³. A propósito, esse intercâmbio com a academia

⁴¹ Vale notar a propósito, a recomendação feita pela Comissão Responsável pela Reconsideração das Avaliações dos Programas de Ciência Política e Relações Internacionais da Capes no triênio 2007-2009, quanto à “conveniência de se pensar em estabelecer critérios específicos para avaliar Mestrados Profissionais, tendo em vista a prioridade conferida pela própria CAPES nos últimos anos a essa modalidade de formação”. Ver em:

<http://trienal.capes.gov.br/wp-content/uploads/2010/12/fichas/53016017001P0.pdf>

⁴² Uma análise dos Anuários do Instituto Rio Branco revela a atualização de suas disciplinas: a cadeira de Ciência Política aparece em 1972, enquanto a disciplina “História das Relações Exteriores do Brasil” é ministrada desde pelo menos 1975; já em 1978 temos a introdução da cadeira de “Relações Internacionais”. Por sua vez, a matéria de “Política Externa Brasileira” é continuamente ministrada de forma independente de outras cadeiras. Para uma análise dos currículos dos cursos do IRBr, ver também MOURA, *op. cit.*, p.72.

⁴³ Os anuários (1972-1990) apontam para uma curiosa coincidência: grande parte dos diplomatas que no início de suas carreiras atuaram enquanto professores ou assistentes de professores do Instituto Rio Branco, atualmente são os mais profícuos produtores de textos, trabalhos, editores de livros e organizadores de conferências. Disponível em:

estrangeira e a nascente academia brasileira não se expressou apenas na divisão das matérias e no conteúdo de seus programas, mas também no intercâmbio de professores entre o IRBr e a Universidade de Brasília (pelo menos desde que a primeira graduação de Relações Internacionais foi criada, em 1974⁴⁴, seguindo ainda hoje⁴⁵). O resultado dessa tendência, que acontece paralelamente à expansão dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, é a manutenção da inscrição do diplomata no campo intelectual por meio de seu íntimo intercâmbio com a academia brasileira, através, por exemplo, da publicação e circulação de seus escritos em livros (pela FUNAG ou por outras editoras do mercado editorial), em revistas de ampla circulação e em periódicos científicos, como ilustraremos posteriormente.

Portanto, se é correto afirmar que há um segundo movimento no processo de inserção da diplomacia no campo intelectual feito através de sua participação na academia, também é verdadeiro o fato de que ambos os processos não têm sido problematizados pela comunidade acadêmica *stricto sensu* em sua apropriação e leitura destes trabalhos, desta forma contribuindo para o reconhecimento, em grande medida dissociado de seu lugar social, do *diplomata intelectual* como analista da política externa com prováveis desdobramentos sobre o conteúdo substantivo das interpretações sobre a política externa brasileira, independentemente da excelência da produção de autoria dos diplomatas. Esta situação é ilustrada pelo destino das teses do Curso de Altos Estudos do Itamaraty. Criado em 1977 com o objetivo de garantir a contínua formação dos diplomatas em exercício, o CAE produziu trabalhos reconhecidos pela

<http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/IRBr/pt-br/file/anuarios/>. Acessado em: 13/03/2012.

⁴⁴ LESSA, 2005 e 2006.

⁴⁵ MOURA, *op. cit.*, p.74 e p.84.

academia como obras de referência da área de Relações Internacionais⁴⁶, em que pese a advertência presente no Roteiro do Candidato a este Curso publicado pelo próprio IRBr:

conviria estabelecer uma distinção entre um trabalho a ser apresentado no CAE e uma tese a ser apresentada na academia. No caso da tese acadêmica, busca-se, sobretudo, o avanço em alguma área do conhecimento humano, para o que a metodologia empregada resulta mais importante do que as conclusões (sic). Já com relação a um trabalho do CAE, o objetivo é avançar uma política pública, razão porque as conclusões se impõem sobre o método⁴⁷.

Paralelamente às mudanças acima analisadas há, a partir da década de 1970, a transformação do campo de estudos de política externa brasileira. Esta reconfiguração ocorre não somente em função do mais amplo movimento de institucionalização das ciências sociais no Brasil e do fortalecimento da academia *vis-à-vis* outros meios de atuação do intelectual público⁴⁸, mas igualmente em vista da formação e expansão de uma área acadêmica de Relações Internacionais no país. Assim, ao mesmo tempo em que se processa a cristalização da posição privilegiada do Ministério das Relações Exteriores na arena de decisória de política externa brasileira, inicia-se um movimento de formação de uma comunidade acadêmica que progressivamente reclamará legitimidade para tratar de temas de política externa em conjunto – e não em oposição – aos que já vinham oferecendo sua contribuição. É desse movimento de criação de um novo grupo de atores *reconhecidos* como analistas de

⁴⁶ Veja, por exemplo, a tese de Synesio Sampaio Goes Filho intitulada “Navegantes, Bandeirantes e Diplomatas – Um Ensaio Sobre a Formação das Fronteiras do Brasil” e publicada em 1999 pela editora Martins Fontes.

⁴⁷ http://www.irbr.mre.gov.br/cursos/pagscae/elabora_tese.htm. Acesso em 23 de abril de 2010, grifo nosso.

⁴⁸ M. CARVALHO, *op. cit.*.

política externa, ou como interlocutores nas palavras de Fonseca Jr. ao registrar sua chegada⁴⁹, que trataremos a seguir.

O campo de estudos de política externa brasileira no âmbito da formação da área de Relações Internacionais no Brasil

Diversos autores já trataram do surgimento, desenvolvimento e institucionalização da área de Relações Internacionais no Brasil⁵⁰. Não queremos replicar essas contribuições, mas sim entender como este processo se insere no universo da institucionalização das Ciências Sociais e se relaciona com a mudança do perfil de atuação do diplomata, ainda presente no campo de uma intelectualidade que progressivamente torna-se também acadêmica. Veremos que, em sua formação, a comunidade acadêmica de Relações Internacionais *stricto sensu* e seus especialistas em política externa brasileira ajudaram a criar as condições para que seus próprios membros, a mídia e o público em geral, reconhecessem a produção de conhecimento dos diplomatas dissociada do lugar social do qual ela se origina. Assim, em virtude da simbiose que marca a existência destas duas comunidades especializadas em temas de política externa brasileira – a acadêmica e a diplomática – a primeira parece, em suas origens, não ter problematizado a interseção que a segunda indiscutivelmente possui com a prática diplomática *per se* e, desta forma, não ponderou (ou o fez de modo insuficiente) sobre os eventuais efeitos

⁴⁹ FONSECA Jr, *op. cit.*, p. 33, 59 e 193. Uma ilustração deste reconhecimento vemos, por exemplo, na observação feita pelo próprio Fonseca, ao registrar como “sintomático” o fato de ter sido uma professora universitária a escolhida para dar um balanço da política externa no ano de 1980 em caderno especial do Jornal do Brasil. Idem, p.191.

⁵⁰ HIRST, 1992; LIMA, 1992; MIYAMOTO, 1999; GUIMARÃES, 2001; HERZ, 2002; LESSA, 2005a, 2005b, 2006; dentre outros.

desta interseção sobre o conteúdo das suas interpretações a respeito da política externa do país.

A constituição das Relações Internacionais como disciplina autônoma nos anos 1920 na Europa praticamente não teve impacto na academia brasileira⁵¹. Fatores de natureza política⁵² e acadêmica explicam esse fenômeno. Politicamente, a percepção de que a disciplina de RI representava um campo de conhecimento associado ao projeto de poder hegemônico dos Estados Unidos fez com que esta área permanecesse por algum tempo estigmatizada em países como o Brasil⁵³. Já no plano acadêmico, embora a formação da área de Ciência Política no país pudesse vir imediatamente acompanhada pelo desenvolvimento de uma reflexão acadêmica sobre as relações internacionais e a política externa brasileira em particular⁵⁴, não foi isso que ocorreu⁵⁵. A principal consequência desse quadro foi a concentração, até meados da década de 1960, da produção sobre a política externa e as relações internacionais nos círculos de diplomatas e intelectuais das áreas de história e direito.⁵⁶

A partir da década de 1970, entretanto, o aumento no grau de liberdade de ação externa de países periféricos devido a uma ordem econômica e política crescentemente multipolar, ainda que mantida a bipolaridade militar estratégica, e o conseqüente surgimento de uma

⁵¹ Situação semelhante pode ser observada no restante dos países da América Latina. TICKNER, 2002.

⁵² HIRST, 1992; MIYAMOTO, 1999.

⁵³ HIRST, *op. cit.*; FORJAZ, 1997, p.12.

⁵⁴ HERZ, 2002, p.9.

⁵⁵ LESSA, 2006b, p.472

⁵⁶ Não por acaso, mesmo instituições relativamente autônomas como o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI, criado em 1954), que tinha por objetivo “realizar, promover e incentivar estudos sobre problemas internacionais, especialmente os de interesse para o Brasil” (NASCIMENTO, 2005, p.56), possuíam conspícua ligação com o Estado e com a diplomacia em particular.

nova agenda internacional⁵⁷ serviram de motivação para o crescimento de estudos sobre a política externa brasileira. A constatação de que países periféricos com escassos recursos de poder e membros de um sistema internacional fortemente hierarquizado com notáveis assimetrias apresentavam comportamentos distintos do esperado padrão de reação e com graus variados de autonomia, mobilizaria alguns pesquisadores a estudar as variáveis explicativas para tal, não só sobre o período contemporâneo⁵⁸, mas igualmente sobre o passado recente.⁵⁹ Como parte desse movimento, no final dos anos 1970 é criada a área de Política Internacional do programa de pós-graduação do Iuperj e, em 1983, é criado o primeiro programa em nível de pós-graduação (Mestrado) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (com ênfase sobre questões da região do Prata), seguido pela criação do Programa de Política Internacional da Universidade de Brasília⁶⁰ e pelo Programa de pós-graduação em Política Internacional na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, ambos em 1984.

Apesar desse tardio movimento de institucionalização do campo de estudos de política externa brasileira pelo viés da Ciência Política, o interesse sobre a área encontrou na História outro ramo para seu desenvolvimento no país. Sendo esta uma área disciplinar já consolidada no Brasil desde a década de 1950, o Programa de Pós-Graduação do departamento de História da Universidade de Brasília abrigaria, em 1976,

⁵⁷ HIRST, *op. cit.*, p.64.

⁵⁸ MARTINS, 1975; LIMA e MOURA, 1982; LIMA, 1986, dentre outros.

⁵⁹ ABREU, 1977; MOURA, 1982; HIRST, 1985, para citar apenas alguns.

⁶⁰ Atualmente formam uma dezena, além de outros programas em Ciência Política que oferecem ênfase em Relações Internacionais. Da mesma forma, entretanto, cabe registrar que programas de Pós-Graduação em Ciência Política, História e Direito possuíam ênfases ou áreas de concentração em Relações Internacionais.

uma área de concentração em História das Relações Internacionais⁶¹. Cerca de 20 anos depois, em 1994, é criado o programa de Doutorado em História das Relações Internacionais nesta mesma universidade. Finalmente, no ano de 2002, a área de concentração em Relações Internacionais do Programa de História da UnB passaria a fazer parte do Instituto de Relações Internacionais (Irel) da mesma universidade, que incorporaria ainda a área de Política Internacional e Comparada⁶², reformando assim o Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais criado em separado no ano de 1984 no âmbito do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais⁶³.

Se no âmbito da pós-graduação as vinculações institucionais das Relações Internacionais com o campo disciplinar da Ciência Política e da História foram muito fortes, no nível da graduação o intercâmbio com o mundo da diplomacia seria conspícuo: dentre os objetivos do primeiro curso de graduação em Relações Internacionais criado no país, em 1974 na UnB⁶⁴, figurava o de “formar profissionais que pudessem vir a ser chamados a atuar de algum modo nas atividades do Estado relacionadas com a expansão da internacionalização do Brasil que então se observava”⁶⁵. Nas primeiras décadas de formação, a UnB estimulou o intercâmbio (visto como positivo⁶⁶) de docentes entre as instituições,

⁶¹ SANTOS, 2005b, p.23.

⁶² Idem, p.38.

⁶³ SANTOS e FONSECA, 2009, e LESSA, *op. cit.*, p.15.

⁶⁴ Uma década se passaria até que um segundo curso de graduação fosse criado pela Universidade Estácio de Sá (RJ) em 1984, seguido de, um terceiro pela PUC-SP e um quarto, em 1996, pela PUC-Minas. O início do século XXI por sua vez testemunhou um *boom*, chegando aos dias de hoje a mais de duas dezenas de cursos. Não se pode deixar de registrar, entretanto, que durante este intervalo, inúmeros cursos de graduação – basicamente de História e Ciências Sociais – ofereceram como parte da sua grade curricular disciplinas de Política Internacional e Política Externa Brasileira.

⁶⁵ LESSA, 2006, p.8.

⁶⁶ MIYAMOTO, 2003, p. 106 e p.110.

uma vez que ainda não havia quadros formados em Relações Internacionais no Brasil⁶⁷, o que, de fato, só ocorreria na década de 1990.⁶⁸ Houve ainda forte parceria entre ambas as instituições no que tange a formação dos novos bacharéis, favorecida pela transferência do MRE para a nova capital três anos antes da criação deste curso⁶⁹. Neste quadro, entende-se que a agência de fomento à pesquisa científica e tecnológica do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia do país, ao procurar explicar o “abandono” (sic) em que então se encontrava a área de Relações Internacionais no Brasil, afirmasse em seu relatório de 1977 que “a própria excelência do corpo diplomático brasileiro, formado através do curso do Itamaraty fez com que o estudo de questões internacionais fosse desenvolvido entre nós em estreita proximidade com o serviço diplomático e afastado da universidade”⁷⁰.

Vale registrar igualmente outra dimensão que em muito aproximou as duas comunidades (acadêmica e diplomática) imprimindo ao processo de institucionalização das Relações Internacionais no país um padrão híbrido – endógeno/exógeno. Seguindo um padrão endógeno tal como nas demais Ciências Sociais⁷¹, foi necessário ampliar os quadros qualificados para atuar na própria universidade, que assim o demandava como consequência da formação de um sistema nacional de ensino e pesquisa. Mas diferentemente das demais Ciências Sociais, o processo de institucionalização das Relações Internacionais seguiu também um padrão exógeno ao responder no seu desenvolvimento a estímulos do

⁶⁷ <http://irel.unb.br/irel-unb/>.

⁶⁸ LESSA, 2005, p.15.

⁶⁹ MOURA, *op. cit.*

⁷⁰ CNPq, 1977, p.12-13, *apud* SANTOS e FONSECA, 2009, p.359.

⁷¹ M. CARVALHO, *op. cit.*, p.27.

Estado por pesquisas na área⁷². A título de exemplo, na década de 1980 foram realizadas diversas pesquisas sobre política externa brasileira, publicadas em seguida, a partir de encomendas feitas à comunidade acadêmica pelo Ministério das Relações Exteriores através do seu Instituto de Pesquisas e Relações Internacionais (IPRI)⁷³.

Esse processo de institucionalização não arrefeceu a presença dos *diplomatas enquanto intelectuais* no mundo acadêmico. Além de continuarem a lecionar nas universidades de formação de novos analistas de relações internacionais e política externa, os diplomatas publicavam – como ainda publicam - em prestigiados periódicos especializados, como a *Contexto Internacional*, *Revista Política Externa* e a *Revista Brasileira de Política Internacional*, seguindo uma linha inaugurada pelo instituto que lançou esta última, o IBRI⁷⁴. Embora com presença bastante inferior a dos autores sem vínculo com a diplomacia (a esse respeito, ver gráficos abaixo⁷⁵), deve-se sublinhar que a utilização destes artigos pelos

⁷² A esse respeito, é mais uma vez digno de registro o trabalho de Fonseca Jr. apresentado ao Curso de Altos Estudos do MRE como parte integrante do sistema de treinamento e qualificação na carreira diplomática como requisito para a progressão funcional de seu titular, que postula justamente nesta direção, neste sentido cumprindo de modo exemplar com a orientação destas teses de contribuir para a formulação de uma política pública e, desta forma, constituindo-se ele próprio como um dos principais idealizadores da mesma. De fato, como reconhecido pelos dirigentes da FUNAG, IPRI e CHDD, esta tese teria sido responsável por trazer novos elementos para a FUNAG “reforçar sua vocação de elo entre o Itamaraty e o meio acadêmico” além de ter servido como base teórica para a criação em 1985 do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI) (FONSECA Jr, *op. cit.*, p. 9). Além disso, a reflexão sobre as relações entre o Itamaraty e a comunidade acadêmica realizada por este diplomata, considerado pelo embaixador Rubens Ricupero como “um diplomata *double* de erudito e acadêmico” (Idem, p.12) se destaca pela excelência da argumentação.

⁷³ HIRST, *op. cit.*, p.71-72.

⁷⁴ Para uma rápida análise do perfil dos membros do IBRI, assim como dos colaboradores da RBPI, ver NASCIMENTO, 2005, p.56-57.

⁷⁵ Por conta da falta de uniformidade na quantidade de produção por volume e por ano, ou seja, tendo em vista que o número de publicações não se mantém constante por volume e ano, optou-se por ilustrar graficamente a evolução do número de publicações em anos por meio da porcentagem das publicações já que os números absolutos não

acadêmicos em atividades docentes e pesquisa tem sido tanto recorrente como diversa⁷⁶, muitas vezes tendo em comum a desatenção sobre as implicações do seu lugar social na produção do saber⁷⁷.

permitem a comparabilidade (interna - dentro do periódico com os demais tipos de publicação – e externa – com os artigos das demais revistas). A ilustração com números absolutos enviesaria as respostas, já que o total de publicações por ano varia, podendo sobre-representar números com maiores publicações de diplomatas porém que também apresentam maior quantidade de total de artigos por número, e sub-representar aqueles volumes com maior número de artigos de diplomatas e menor quantidade total de artigos por número. Regra da aproximação (utilizada para as porcentagens) – é utilizada apenas a primeira casa decimal nas porcentagens. Quando a segunda casa decimal for maior que 5 a primeira casa é arredondada para cima. Quando for menor que cinco ela é arredondada para baixo. Não houve aproximação para tornar os números inteiros (a primeira casa decimal foi mantida).

⁷⁶ Por meio de questionários enviados pelas autoras a um leque de professores de Política Externa Brasileira, notamos que ainda é bastante incipiente a reflexão sobre o lugar dessa produção nas atividades de docência e pesquisa. Enquanto alguns, por suas escolhas epistemológicas, consideram todos os tipos de textos como construções discursivas das condições de possibilidade de identidades e de interesses em política externa e por isso não discriminam as fontes por sua procedência; outros afirmam a natureza eminentemente política dos estudos de autoria de diplomatas, enquanto outros ainda a utilizam indistintamente como fonte para suas respectivas análises sobre a posição da diplomacia brasileira quanto como análise interpretativa, ou seja, de ordem explicativa da política externa, possivelmente ancorados pela certificação científica concedida a esses periódicos por agências de fomento como o CNPq, CAPES, as Fundações de Amparo a Pesquisa estaduais, o próprio Scielo Brasil (Scientific Electronic Library Online), além de vínculos com prestigiosas universidades como a PUC-Rio, a UnB, a USP e a UNESP, apenas para citarmos os três periódicos acima listados.

⁷⁷ Outro fator igualmente crucial que devemos considerar na reflexão sobre os desdobramentos substantivos nas interpretações sobre a política externa brasileira decorrente da manutenção deste intercâmbio entre as duas comunidades é a organização e publicação de coletâneas de artigos analíticos de autores pertencentes a ambas sem uma nota a respeito das suas diferenças de origem institucional (veja, por exemplo, os quatro volumes da coleção “Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)” organizados por Henrique Altemani de Oliveira e José Augusto Guilhon de Albuquerque, publicados em 1996, e os dois volumes de “Temas de Política Externa Brasileira”, organizados por Gelson Fonseca Jr. em 1989) e a participação de inúmeros diplomatas nos encontros regulares de fóruns estritamente acadêmicos como as associações científicas de Relações Internacionais, Ciência Política e Ciências Sociais (MIYAMOTO, 1999, p.90), na qualidade de analistas da política externa e não representantes da mesma. Vargas, por exemplo, oferece uma análise intrigante desse movimento. O diplomata afirma que o Itamaraty continuou, no final do século XX e no século XXI, utilizando-se do contato com a sociedade e a academia para formular e/ou fortalecer sua posição na arena política em relação a demais instituições e grupos. Esse contato teria sido estimulado através da participação em seminários que contam com a

Gráfico I

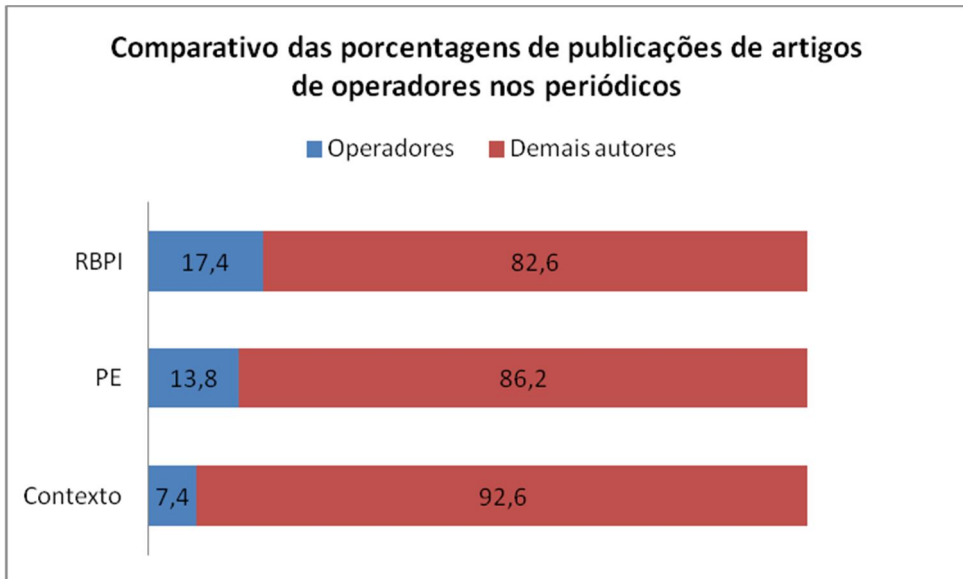
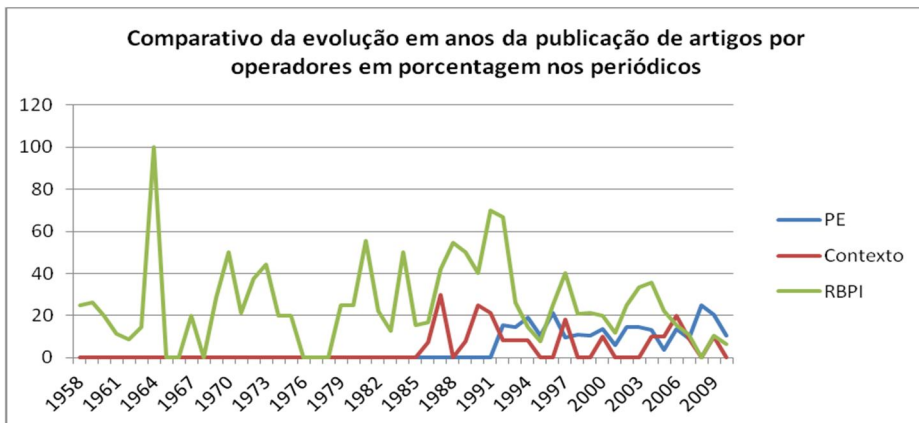


Gráfico II



É indiscutível que o diálogo estabelecido entre os membros dos dois campos na segunda metade do século XX fortaleceu a área de estudos de relações internacionais no Brasil, inclusive por meio de

presença de acadêmicos e de diplomatas, da prática de comissionar trabalhos a acadêmicos, etc. VARGAS, *op. cit.*, p.17.

patrocínio de publicações e de recursos para pesquisa, além de estimular o reconhecimento de diplomatas como analistas de política externa dentro da comunidade acadêmica que se formava. Mas é verdade também que esse diálogo já suscitou críticas de ambos os lados ao conteúdo das pesquisas na área, sendo possível encontrar tanto de parte de representantes da nova geração acadêmica de internacionalistas, como de parte de *diplomatas enquanto intelectuais* com forte presença no debate acadêmico⁷⁸, restrições à produção sobre a política externa brasileira. Em ambos os casos, a crítica se dirige ao forte sentido prescritivo na produção de acadêmicos realizada até o final dos anos 1980⁷⁹ e a excessiva convergência temática das análises acadêmicas com a agenda de governo, parecendo que aos analistas interessaria mais saber qual a melhor política a ser seguida que o melhor *approach* teórico a ser utilizado para a compreensão do seu conteúdo⁸⁰.

Mas a nosso ver essas críticas e outras do mesmo tipo se voltam para os resultados deste intercâmbio (problema que também nos interessa e que trataremos na conclusão deste artigo), sem que chegue a investigar a razão pela qual ele ocorre nesses termos. Se, de fato, o desenvolvimento do campo de estudos de política externa brasileira e o interesse por temas e/ou regiões geográficas específicas esteve proporcionalmente vinculado à importância das relações bi e multilaterais do país e se, da mesma forma, encontramos um forte tom prescritivo na produção acadêmica da área, isso resultou não apenas da relevância política da investigação sobre o tema – de resto compartilhado

⁷⁸ Importante lembrar que a presença de diplomatas no debate acadêmico, embora seja uma prática corrente, esteve concentrada em algumas figuras específicas. Essa relação fica clara nos dois gráficos comparativos III e IV abaixo apresentados em que podemos ver a presença recorrente de certos autores que falam do lugar da diplomacia.

⁷⁹ HERZ, 2002, p.28.

⁸⁰ FONSECA Jr., 1989, p.278.

por diplomatas, acadêmicos e opinião pública em geral - mas igualmente devido ao cruzamento das trajetórias e da produção de conhecimento dos acadêmicos e dos *diplomatas enquanto intelectuais* nas bases em que vimos discutindo até aqui.

Gráfico III

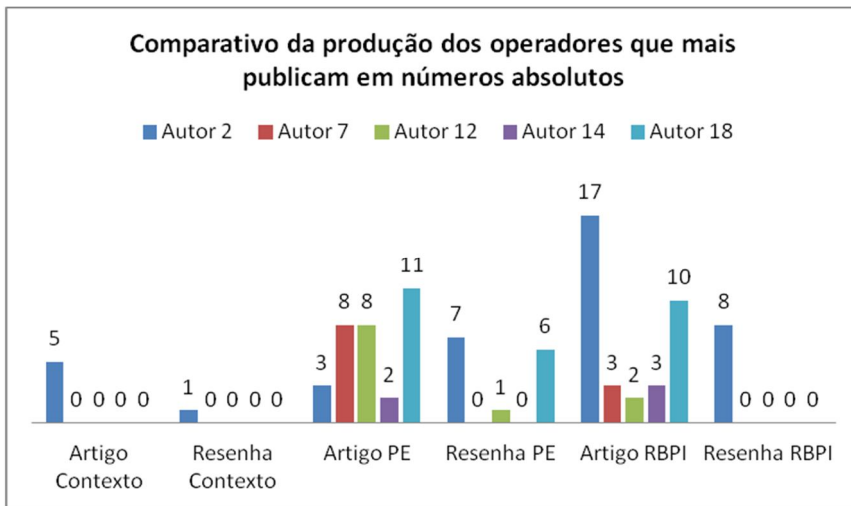
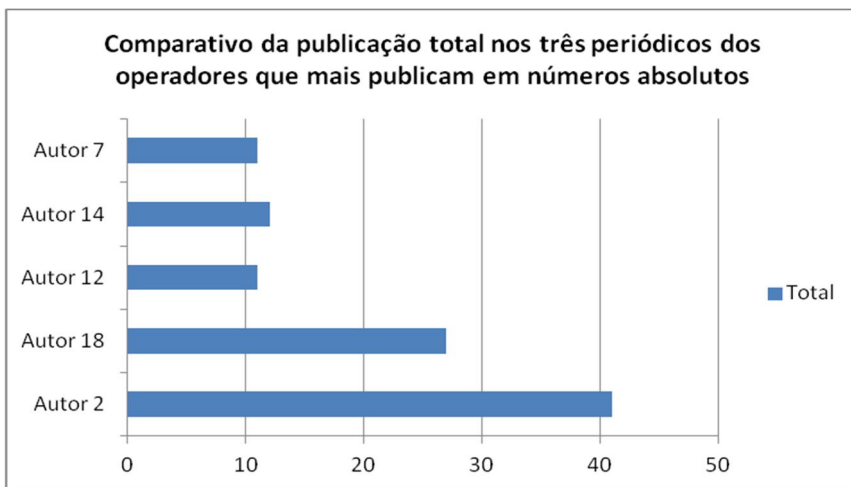


Gráfico IV



Já entre os que enaltecem o diálogo entre as duas comunidades e, a nosso ver, sublimam suas conseqüências substantivas, temos igualmente opiniões originárias de ambas as instituições - academia e diplomacia -, cada uma à sua maneira sugerindo maior interação, construção de pontes ou pura e simplesmente sublinhando o caráter acadêmico da produção de diplomatas. E, assim fazendo, numa apreciação inversa às críticas resumidas acima, esses se voltam para a análise do intercâmbio sem problematizar desdobramentos substantivos dessa pareceria ou, por outra, acreditando exclusivamente nos resultados virtuosos decorrentes da mesma. Assim, ao tratar das dificuldades relativas ao desenvolvimento da disciplina no Brasil no início da década de 1990, Hirst⁸¹, por exemplo, sugere uma maior interação entre os cursos de formação acadêmica e os de profissionalização burocrática de modo a quebrar o isolamento dos alunos do Instituto Rio Branco e a repartir os esforços nas tarefas docentes de consolidação da área. Paulo Roberto de Almeida (1993 e 2006), por sua vez, apresenta um cenário no qual os dois campos já se tornaram independentes e em que não existe mais a figura ambígua do intelectual que também pratica a diplomacia (nem vice-versa). A seu ver, “Calógeras representa quiçá o último elo dessa ligação entre a reflexão intelectual e a participação nos assuntos do Estado, e sua obra inaugura, precisamente, o ciclo profissional na historiografia das relações internacionais do Brasil”⁸².

Para Almeida, a nosso ver um dos representantes dessa tradição de simbiose entre a prática diplomática e os estudos de política externa, haveria a possibilidade de o diplomata atuar em ambas as esferas preservando a imparcialidade enquanto analista e a acuidade enquanto

⁸¹ HIRST, *op. cit.*, p.72.

⁸² ALMEIDA, 1993, p.12.

formulador e implementador de decisões políticas⁸³. Nesse cenário de (suposta) maior independência dos diplomatas diante de sua condição de funcionário de Estado, quando estes seriam ironicamente menos influenciados pelas tendências da política externa brasileira, o autor destaca a contribuição de estudos historiográficos por parte de “profissionais do ramo”, que produziram muitas vezes em função dos cursos de aperfeiçoamento oferecidos pelo IRBr⁸⁴. Segundo o autor, os diplomatas estariam, portanto, na futura qualidade de “historiadores-diplomatas”, mais aptos que os seus antecessores – e de certa forma até que os acadêmicos, por estes não terem a percepção da prática real - a reunir a “paciência investigadora” dos acadêmicos com o “realismo de ação” dos diplomatas e estadistas, com o fim de desenvolver trabalhos que superassem as distâncias entre diplomacia e academia⁸⁵. O interessante é que o próprio autor - um diplomata de carreira com vasta produção acadêmica - não se percebe como um dos representantes dessa tradição de interseção entre a prática diplomática e os estudos de política externa, mas sim como uma figura que não mais compartilha das ambiguidades que os intelectuais da Primeira República exibiam⁸⁶.

Se esta última leitura exemplifica e é uma perspectiva da defesa da simbiose a partir da corporação diplomática, há vários acadêmicos que não disputam as consequências substantivas deste intercâmbio da forma como atualmente é conduzido. A ideia de que o diplomata é capaz de exercer seu papel de analista apesar de sua posição enquanto funcionário público – por este ser um profissional de excelência intelectual e por ter uma expertise do processo que outros profissionais não teriam – encontra

⁸³ Idem, p.12-13.

⁸⁴ Idem, p.26.

⁸⁵ ALMEIDA, *op. cit.*, p.26-27.

⁸⁶ Idem.

prestígio e reconhecimento não apenas nos programas de curso de formação acadêmica de internacionalistas⁸⁷ e na mídia⁸⁸, como também no restante da sociedade.

A narrativa que desenhamos não deve ser lida como um exemplar de determinação histórica, reconstruindo e redefinindo *post facto* a lógica das trajetórias e das experiências sociais dos agentes a que nos referimos, nem como uma demonstração de profecia autocumprida, fazendo desta a chave explicativa por excelência. Pelo contrário. Pretendemos explorar as dimensões sociológicas de constituição, sobreposição e intercâmbio de dois campos. Nesse sentido, o que estes movimentos nos apontam é a existência de convergência entre o campo de atuação dos diplomatas e o campo de estudos de política externa ainda nos dias atuais. Sugerimos que o fenômeno que poderia ter levado à autonomização e distinção destas esferas - a institucionalização da academia nos anos 1970 - não obteve pleno sucesso, resultando na interseção de um campo anterior (diplomático, que rapidamente se institucionalizava) com outro de emergência incipiente. Perante essa situação, cabe indagarmos quais seriam as consequências da negligência das particularidades advindas

⁸⁷ Deve-se notar que mesmo com a mudança das grades curriculares e de programas de curso a partir dos anos 1990, quando já se pode falar de um campo de estudos de política externa brasileira e mesmo de uma área de Relações Internacionais formada por programas acadêmicos deste campo disciplinar, manteve-se a presença de títulos de autoria de alguns importantes *diplomatas enquanto intelectuais*, particularmente, embora não exclusivamente, nos programas dedicados ao estudo da política externa brasileira. Cabe aqui inclusive a indicação de que uma das autoras deste artigo até muito recentemente lançava mão de modo indiscriminado de títulos de autoria de acadêmicos e de *diplomatas enquanto intelectuais* na condição de análises. Esta reflexão foi em grande parte, embora não exclusivamente, provocada por uma vivência particular nas suas atividades de docência e pesquisa sobre as quais gradualmente foi se formando uma autocrítica.

⁸⁸ O interessante é que por vezes diplomatas são chamados a comentar episódios não só enquanto atores envolvidos no evento, como também como analistas que detêm um conhecimento e posição privilegiada dos fatos.

dessa interseção para o desenvolvimento do campo de estudos de política externa.

Notas Finais

O diálogo entre as duas instituições (a academia e a diplomacia) é parte constituinte do campo de estudos de política externa brasileira e nada indica que no futuro próximo ele será - ou mesmo que ele deva ser - desestimulado. Muitos dos fenômenos que aqui indicamos – a presença de análises de autoria de diplomatas em periódicos científicos nacionais, o intercâmbio docente entre as universidades e as instituições de ensino da diplomacia, a participação da Funag no mercado editorial brasileiro, entre outros – parecem persistir no longo prazo. Por isso, não se trata de postular a cessão do diálogo, mas sim convidar a comunidade a reavaliar os termos em que este foi e, em alguns casos, permanece sendo realizado. Para tanto, nos parece que uma reflexão sobre seus efeitos é o melhor caminho.

É certo que o acadêmico também é guiado em sua produção por questões outras que não a simples busca por conhecimento.⁸⁹ Sabe-se que as instituições de financiamento, públicas ou privadas, as disputas intra- e inter-departamentais, bem como as diretrizes da instituição e suas alianças políticas atuam como constrangimentos sobre a definição das agendas de pesquisa de acadêmicos, em menor ou maior grau⁹⁰. O

⁸⁹ Fonseca Jr., em sua tese do CAE apresentada em 1981, apresenta uma interessante reflexão acerca da dimensão política da atividade intelectual no Brasil (*op. cit.*, p.44 e p.66-67). Cabe notar que esta reflexão foi motivada, entre outras razões, pelo interesse do autor em identificar como a formação e expansão da comunidade acadêmica de Relações Internacionais no país pode influenciar politicamente o exercício da política externa principalmente em sua fase de formulação.

⁹⁰ M. CARVALHO, *op. cit.*, p.26.

conteúdo político também está presente em *não-ditos* - “[e]ste lugar deixado em branco ou escondido pela análise que exorbitou a relação de um sujeito individual com seu objeto [e] é [portanto] *uma instituição do saber*”⁹¹ - inscritos no discurso acadêmico, não havendo cenário em que isso não seja verdadeiro. “É, pois, impossível analisar o discurso histórico [e outros saberes] independentemente da instituição em função do qual ele se organiza silenciosamente [...]”.⁹²

Também não é possível que as análises de autoria de diplomatas publicadas em periódicos, livros editados ou apresentadas em monografia estejam de todo destituídos do conteúdo político que, nesse caso, é inerente à sua *práxis*. Ao diplomata, funcionário de carreira e membro de uma forte burocracia de Estado, as distinções entre sua atuação política e sua produção intelectual nem sempre são claras ou mesmo possíveis de serem delineadas. Não cabe a eles, contudo, a tarefa de fazer essas ponderações. Em muitos casos, a ponderação sobre as bases do diálogo deve ser realizada por sua contraparte. Cabe avaliarmos, assim, a medida de reconhecimento que a academia concedeu à produção analítica dos operadores nas últimas décadas e suas implicações para o conteúdo das interpretações realizadas dentro do campo de estudos de política externa brasileira.

Apesar destes contrapontos, podemos afirmar que há sim diferenças entre os constrangimentos e o conteúdo analítico na produção de saber de autoria de acadêmicos e diplomatas; o que diferencia tais dimensões de produção de conhecimento são as regras internas que organizam cada prática⁹³ delimitando, assim, o caráter da atuação e da

⁹¹ DE CERTEAU, *op. cit.*, p.69.

⁹² DE CERTEAU, *op. cit.*, p.71.

⁹³ WEBER, 2008.

produção do saber do cientista perante o político (e vice-versa)⁹⁴. Estas regras constituem e organizam o lugar social⁹⁵ predominante de um agente e marcam a origem dos *não ditos* presentes em sua produção. Afinal,

[t]oda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligadas a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam. [...] Essa análise das premissas, das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto.⁹⁶

Embora se referindo diretamente ao trabalho historiográfico, as conclusões de De Certeau podem ser parafraseadas da seguinte forma: todo discurso pode ser remetido a um lugar social com dinâmicas e regras próprias, embora não se reduza simplesmente a ele; será este lugar social que definirá a instituição de saber a partir do qual falarão determinados agentes de uma sociedade e que produzirá os *não ditos* em sua produção. Tanto os diplomatas quanto os acadêmicos falam a partir de um determinado lugar social, com regras, demandas e dinâmicas que caracterizam o campo no qual estão inscritos.

⁹⁴ Curiosamente, enquanto este quadro é identificado por alguns diplomatas (FONSECA Jr., 1989; VARGAS, 1999, p.11), o mesmo ainda não ocorre com alguns colegas da academia que parecem desatentos aos efeitos desta simbiose para a produção científica na área, havendo casos em que a não problematização da questão endossa a produção dos dois campos como pertencentes a um mesmo universo (SANTOS, 2005, p.25 e 30).

⁹⁵ Lembramos que a ideia de “lugar social” não se refere ao exercício de papéis sociais. Um ator pode assumir diversos papéis e atuar a partir de um lugar social predominante, que sobredetermina e produz os não-ditos de sua produção.

⁹⁶ DE CERTEAU, *op. cit.*, p.66-67.

Ignorar a predominância de um determinado lugar social na elaboração de um texto é também negligenciar todos os não ditos dos discursos produzidos por tais especificidades e conferir um estatuto do qual ele não poderia por essência partilhar. Nós acadêmicos somos em grande parte os responsáveis por desconsiderar esses não ditos ao alimentarmos o reconhecimento de um estatuto de igualdade perante as obras analíticas de diplomatas. E da mesma forma seremos os responsáveis por contribuir para o enfraquecimento das características que, justamente, concedem legitimidade e potencial relevância à nossa produção: o espírito crítico, a capacidade de superação de regimes de verdade e a criatividade essencial para a renovação do saber. Atentamos, assim, para os desafios do diálogo entre os analistas de ambos os campos⁹⁷ e não para sua impossibilidade. Neste sentido, nosso chamado à reflexão é dirigido em particular aos nossos pares acadêmicos a quem cabe problematizar este diálogo, ao invés de simplesmente reproduzi-lo às cegas ou desestimulá-lo como contraproducente ou inócuo.

Não há dúvidas que esse diálogo trouxe para a produção acadêmica ideias, conceitos e interpretações que, originalmente formuladas pelos diplomatas podiam estar permeadas pelos interesses do Estado⁹⁸; mas isso não significa uma adesão da academia, ou uma submissão a esses mesmos interesses, e sim que as implicações dessa dupla inscrição dos diplomatas muitas vezes são obliteradas por acadêmicos em sua leitura e apropriação de conceitos e abordagens por aqueles produzidos. Estes, quando apropriados em dissociação da *práxis* que os originaram, correm o risco de se tornarem narrativas e/ou conceitos *explicativos* destituídos do conteúdo político que orientou sua

⁹⁷ VARGAS, *op. cit.*, p.12.

⁹⁸ *Idem*, p.17.

formulação e enunciação⁹⁹. Nessa chave, são apropriados não como indicativos de escolhas e decisões políticas por parte dos atores que os empregaram¹⁰⁰, mas sim como categorias analíticas explicativas das próprias decisões em uma perspectiva *post facto*.

Ao ignorar estes não ditos e diluir seu conteúdo político, os conflitos políticos interpessoais e/ou entre grupos dentro da corporação diplomática, que sustentaram escolhas políticas¹⁰¹ e que de alguma forma estão presentes em abordagens e conceitos produzidos para explicá-la, diluem-se em escolhas burocráticas em favor do chamado “interesse nacional”. Da mesma forma, acreditamos que esse diálogo também resultou na incorporação pelo discurso diplomático de categorias criadas por acadêmicos que, se em sua formulação original, buscavam explicar a política externa brasileira em períodos históricos ou a respeito de situações particulares, passaram a representar traços indelévels ou características imanentes da diplomacia brasileira nas narrativas dos diplomatas.

Sem eliminarmos a hipótese de uma convergência ou coincidência de pontos de vista entre as comunidades, algumas interpretações e categorias são exemplares do tipo de apropriação das análises de autoria de diplomatas pela academia: por exemplo, os paradigmas¹⁰² e a identificação de um padrão de continuidade na política externa brasileira¹⁰³. Da mesma forma, outras categorias ilustram o

⁹⁹ Para mais detalhes sobre essa distinção, ver KOSELLECK, 2006.

¹⁰⁰ KRATOCHWIL, 2006.

¹⁰¹ VARGAS, *op. cit.*, p.11.

¹⁰² Inúmeros são os trabalhos que buscam explicar a política externa brasileira a partir da chave dos paradigmas. Dentre eles, e sem a preocupação de distinguir entre aqueles de autoria de acadêmicos e diplomatas, podemos citar: LIMA, 1994 e 2003; PINHEIRO, 2000; RICUPERO, 1995; HIRST e PINHEIRO, 1995; SILVA, 1995.

¹⁰³ Este é, sem dúvida, um tema recorrente nos círculos diplomáticos de discussão e formulação de políticas, assim como nos fóruns de debate acadêmico e nos periódicos

movimento oposto, ou seja, a transformação de categorias explicativas criadas no âmbito acadêmico para dar conta de um processo histórico particular em supostos traços permanentes da ação diplomática brasileira. Um exemplo seria a ideia da busca por autonomia como condutora das escolhas políticas no processo de formulação e implementação da política externa brasileira¹⁰⁴. No entanto, esse processo não é estanque, e no diálogo entre as duas comunidades, transforma-se uma categoria explicativa em característica imanente e esta novamente em categoria explicativa.

Assim, quando um acadêmico resgata o conceito de “autonomia” para explicar o conteúdo de uma decisão de política externa após este ter sido enunciado por um diplomata analista, transformando-o em categoria analítica, adota sem necessariamente compartilhar com ela alguma afinidade ideológica, uma determinada posição política representante de um dado projeto político de inserção internacional¹⁰⁵. Mesmo quando as qualificações são originárias da academia, tais como “autonomia **na**

em que se analisa, sob a perspectiva comparada, diferentes administrações federais e/ou gestões no Ministério das Relações Exteriores. Por se tão recorrente, é por demais extensa a lista de referências para que pudéssemos eleger apenas alguns títulos. No entanto, vale reproduzir a respeito a pertinente afirmação de Lima que se alinha perfeitamente com o teor de nossas ponderações: “Uma razão adicional para a alegada estabilidade da política externa pode estar, por exemplo, na capacidade da corporação em apresentar o novo como continuidade de uma determinada tradição diplomática, reinventada a cada um dos momentos de crise e mudança. *A narrativa da estabilidade seria, portanto, uma construção conceitual da diplomacia, repetida e legitimada pela comunidade de estudiosos da política externa*” (2005, p.2, grifo nosso)

¹⁰⁴ Se pudéssemos traçar a gênese desse conceito como categoria explicativa do comportamento diplomático brasileiro deveríamos nos reportar ao clássico estudo de Hélio Jaguaribe (1979) sobre as relações internacionais do Brasil. Já sua utilização por outros acadêmicos e por *diplomatas enquanto intelectuais*, seja como categoria explicativa ou como projeto político, podemos encontrar exemplos em diversas obras, tais como: FONSECA Jr., 1998; PINHEIRO, 2004; RICUPERO, 1995; VIGEVANI, 2003 e 2007; VIZENTINI, 1995, dentre outras.

¹⁰⁵ LAMPREIA, 1996.

dependência”¹⁰⁶, “autonomia **pela diversificação**”¹⁰⁷, perguntamos até que ponto a referência a uma recorrente busca de autonomia não se tornou uma assimilação inconsciente da expressão do desejo político da prática diplomática, um “desejo de autonomia”¹⁰⁸, deixando para trás sua condição de categoria explicativa do comportamento diplomático do país num determinado tempo histórico.

Nossa proposta neste artigo foi defender a hipótese de que a simbiose inicial entre a atuação política de diplomatas e sua atividade intelectual, que deu origem à figura do *intelectual enquanto diplomata*, seu processo de transformação em *diplomata enquanto intelectual* e o desenvolvimento e posterior consolidação da comunidade acadêmica de estudiosos da política externa brasileira que veio se somar a este último - situação em que hoje nos encontramos - não é destituído de potenciais implicações sobre a visão crítica acerca do objeto de reflexão que compartilhamos. Assim, como bem lembrado por Fonseca Jr.,

[...] o fazer diplomático inclui uma dimensão de conhecimento que tem semelhanças formais com o saber que fornece a academia. [Contudo,] [h]averá evidentemente graus diferentes de explicitação (o que se busca, na academia, é o próprio conhecimento, enquanto na atividade diplomática o conhecimento ou serve como instância de legitimação ou informa e se traduz em ação) e graus diferentes de sistematização [...].¹⁰⁹

Neste sentido, é fundamental atentarmos para essas diferenças na produção e posterior utilização do conhecimento produzido de ambos os lados. O que postulamos, enfim, é que se os agentes estão inevitavelmente inscritos em lugares sociais e sua produção é permeada

¹⁰⁶ MOURA, 1982.

¹⁰⁷ VIGEVANNI e CEPALUNI, 2005.

¹⁰⁸ FONSECA Jr., 1998.

¹⁰⁹ FONSECA Jr., *OP. CIT.*, p.210.

por não ditos originários (mas não a elas redutíveis) das regras de organização das práticas localizadas nesse lugar, cabe, portanto, a consciência e o esforço crítico de ambas as partes na produção de um intercâmbio que valorize as diferenças e que sustente uma comunicação em que ruídos e mascaramentos ilusórios sejam desfeitos. Neste artigo, procuramos fazer a nossa parte.

Bibliografia

- ABREU, M. 1977. *Brazil and the World Economy, 1930-1945: Aspects of foreign policy and international relations under Vargas*. Tese de doutorado, Cambridge.
- ALBUQUERQUE, J. G. (org.). 1996. *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira, 1930-1990*. São Paulo: Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP/Cultura Editores Associados.
- ALMEIDA, P. R. 2006. *O estudo das relações internacionais no Brasil: um diálogo entre diplomacia e a academia*. Brasília: LGE.
- _____. 1998. *Relações Internacionais e Política Externa do Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.8-13 e p.48-100.
- _____. 1993. Estudos de Relações Internacionais do Brasil: etapas da produção historiográfica brasileira, 1927-1992. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.36, n.1, p.11-36.
- ALONSO, A. 2007. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. 2002. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil- Império*. São Paulo: Paz & Terra.
- ANDRADE, C. D. de. 1975. *Passeios na Ilha: divagações sobre a vida literária e outras matérias*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- BARROS, A. 1978. *The Brazilian military: professional socialization, political performance and state building*. Tese (Doutorado em Ciência Política) Department of Political Science, The University of Chicago.
- BATH, S. 1996. Cinquenta anos de atividade do Instituto Rio Branco. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.39, n.1, p.162-163.
- BLANCO, A. 2007. Ciências Sociais no Cone Sul e a gênese de uma elite intelectual (1940-1965). *Tempo Social*, v.19, n.1, p.89-114.

- BOBBIO, N. 1997. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- BOMENY, H. 2001. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: BOMENY, H. (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV; São Paulo: Editora Universidade de São Francisco, p.11-35.
- BOTELHO, A. 2005. Circulação de idéias e construção nacional: Ronald de Carvalho no Itamaraty. *Estudos Históricos*, n.35, p.69-97.
- _____. 2004. Prometeu moderno: sobre intelectuais, sociedade e política. *Margem Esquerda*, v.3, p.187-192.
- BOURDIEU, P. 2006. *O poder simbólico*. 9ª. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. 2005. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. 7ª. Edição. Campinas: Papirus.
- BOURDON, R.; BOUVRICARD, F. 1993. Elite(s). In: *Dicionário crítico de Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, p.197-204.
- _____. 1993. Intelectuais. In: *Dicionário crítico de Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, p.307-312.
- CABLE, J. 1985. The useful art of International Relations. *International Affairs*, v.61, n.2, p.301-314.
- CARVALHO, J. M. 2007. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CARVALHO, M. A. R. 2007. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.22, n.65, p.17-31.
- CASTRO, C. 1990. *O espírito militar: Um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CERVO, A. 2008. Conceitos em Relações Internacionais. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.51, n.2, p.8-25.
- CHEIBUB, Z. 1985. Diplomacia e Construção Institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, v.28, n.1, p.113-131.
- _____. 1984. *Diplomacia, diplomatas e política externa: aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty*. Rio de Janeiro. 140p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- CODOATO, A. N.; GUANDALINI, W. JR. 2003. Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. *Estudos Históricos*, n.32, p.145-164.

- COUTINHO, M. A América do Sul na política externa brasileira. *Valor Econômico*, 17/08/2009.
- DE CERTEAU, M. 1982. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- DREZNER, D. 2008. Public Intellectual 2.0. *Chronicle of Higher Education*, v.55, n.12, p.B5-B6.
- DUROSELLE, J-B. 2000. *Todo Império Perecerá: Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- FONSECA Jr., G. 2011. *Diplomacia e Academia: um estudo sobre as análises acadêmicas sobre a política externa brasileira na década de 70 e sobre as relações entre o Itamaraty e a comunidade acadêmica*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão.
- _____. 1998. *Alguns aspectos da Política Externa Brasileira Contemporânea*. In: FONSECA Jr., G. *A Legitimidade e outras questões internacionais*. São Paulo: Paz e Terra, p.353-374.
- _____. 1989. Estudos sobre Política Externa no Brasil: os Tempos Recentes (1950-1980). In: FONSECA Jr., G.; LEÃO, V. C. (orgs.). *Temas de Política Externa Brasileira*. Brasília, IPRI/Ática, p.275-283.
- FORJAZ, M. C. S. 1997. A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.12, n.35.
- GOFFMAN, E. 1996. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- GOMES, A. C. 2000. O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In GOMES, A. C. (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, p.13-47.
- _____. 1996. Política: história, ciência, cultura etc. *Estudos Históricos*, v.9, n.17, p.59-84.
- HERZ, M. 2002. O Crescimento da Área de Relações Internacionais no Brasil. *Contexto Internacional*, v.24, n.1, p.7-40.
- HILL, C.; BESHOFF, P. 1994. *Two worlds of international relations: Academics, practitioners and the trade in ideas*. Londres: Routledge.
- HIRST, M. 1982. *O Processo de Alinhamento nas Relações Brasil-Estados Unidos: 1942-1945*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- _____. 1992. Relações Internacionais no Brasil como Área de Pesquisa. In: MICELI, S. (org.) *Temas e Problemas da Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: IDESP, p.64-74.

- HIRST, M.; PINHEIRO, L. 1995. A Política Externa Brasileira em Dois Tempos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 38, n.1, pp.5-23
- HURRELL, A. 2004. Working with Diplomatic Culture. Some Latin American and Brazilian questions. *Paper* apresentado na Conferência ISA.
- JAGUARIBE, H. 1979. *Relações Internacionais do Brasil: perspectivas para o fim do século*. Occasional Papers Series, Center of Brazilian Studies, Washington, D.C.
- JULIÃO, T. S. 2009. A formação de quadros e a produção de conhecimento: elementos para a (re)construção da história social da área de Relações Internacionais no Brasil. *Paper* apresentado na Conferência ISA-ABRI.
- KOSELLECK, R. 2006. *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio.
- _____. 1992. Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, v.5, n.10, p.134-146.
- KRATOCHWIL, F. 2006. History, Action and Identity: Revisiting the ‘Second’ Great Debate and Assessing its Importance for Social Theory. *European Journal of International Relations*, v.12, n.1, p.5-29.
- LAFER, C. 2001. *A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: Passado e Presente*. São Paulo: Perspectiva.
- _____. 2000. Brasil: Dilemas e desafios da política externa. *Estudos Avançados*, v.14, n.38, p.260-267.
- LE GOFF, J. 1990. “História”. In: *História e Memória*. Campinas/São Paulo: Unicamp.
- LESSA, A. C. 2006(a). A evolução recente dos estudos e dos programas de pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil. *Meridiano 47*, v.68, p.14-16.
- _____. 2006(b). A intensificação do debate acadêmico e social sobre as relações internacionais e a política exterior no Brasil. *Relações Internacionais do Brasil – temas e agendas*. São Paulo: Ed. Saraiva, p.457-491.
- _____. 2005(a). Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.48, n.2, p.169-184.
- _____. 2005(b). O crescimento dos programas de pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil. *Meridiano 47*, v.56, p.15-16.
- _____. 2005(c). Trinta Anos de Ensino de Relações Internacionais em nível de graduação no Brasil. *Meridiano 47*, v.54, p.7-9.

- LIMA, M. R. S. 2005. Aspiração Internacional e Política Externa. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n.82, ano XIX.
- _____. 2003. Na trilha de uma política externa afirmativa. *Observatório da Cidadania*, p.94-100.
- _____. 1994. Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña. *América Latina/Internacional*, v.1, n. 2.
- _____. 1986. *The Political Economy of Brazilian Foreign Policy: Nuclear Energy, Trade and Itaipu*. Rio de Janeiro. Tese. Vanderbilt University, Estados Unidos.
- LIMA, M. R. S.; MOURA, G. 1982. A Trajetória do Pragmatismo – uma análise da política externa brasileira, *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v.25, n.3, p. 349-363.
- MAIA, J. M. E. 2009. *A Terra como Invenção: O Espaço no Pensamento Social Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MALINIÁK, D. et al. 2009. Inside the Ivory Tower. *Foreign Policy*, Março/Abril.
- MARTINS, C. E. 1975. A Evolução da Política Exterior Brasileira na Década de 64-74, *Estudos CEBRAP*, v.12, p.55-98.
- MARTINS, L. 1987. A gênese de uma *Intelligentsia* – os intelectuais e a política no Brasil, 1920 a 1940. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.2, n.4, p.65-87.
- MICELI, S. (org.) 1995. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Fapesp, 2v.
- MICELI, S. 1979. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Editora Difel.
- _____. 1977. *Poder, Sexo e Letras na República Velha: estudo clínico dos anatolianos*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- MIYAMOTO, S. 1999. O Estudo das Relações Internacionais no Brasil: O Estado da Arte. *Revista de Sociologia e Política*, n.12, p.83-98.
- _____. 2003. O Ensino das Relações Internacionais no Brasil: Problemas e Perspectivas. *Revista de Sociologia e Política*, n. 20, p.103-114.
- MOURA, C. P. 2007. *O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira: um estudo de carreira e socialização*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- _____. 2006. O inglês, o parentesco e o elitismo na Casa de Rio Branco. *Cena Internacional*, v.8, n.1, p.20-34.
- MOURA, G. 1982. *Autonomia na dependência. A política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- NASCIMENTO, R. O. 2005. *Idéias, Instituições e Política Externa no Brasil de 1945 a 1964*. Brasília. 140p. Dissertação (Mestrado em

- Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.
- NYE, J. Scholars on the Sidelines. *Washington Post*, 13/04/2009.
- PINHEIRO, L. 2008. International Relations Studies in Brazil: Epistemological and Institutional Characteristics. Comunicação apresentada em *International Political Science Association Conference*, Montreal; Québec.
- _____. 2004. Política Externa e Construção e Análise da Identidade Internacional do Brasil. Comunicação apresentada no *IV Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*.
- _____. 2003. São os diplomatas, analistas? Construção e Análise da Identidade Internacional do Brasil. Comunicação apresentada no *XXVII Encontro Anual da ANPOCS*.
- _____. 2002. *Política Externa Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. 2000. Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. *Contexto Internacional*, v. 22, n. 2, p.305-335.
- REIS, E. P.; REIS, F. W.; VELHO, G. 1997. As Ciências Sociais nos últimos 20 anos: três perspectivas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.12, n.35, p.63-74.
- RICÚPERO, R. 1995. *Visões do Brasil: Ensaio sobre a história e a inserção internacional do Brasil*. São Paulo: Editora Record.
- ROCHA, A. J. R. 2004. Teorias da periferia: validação científica e fundamentação acadêmica nas teorias das relações internacionais. Comunicação apresentada em *4th Meeting of Brazilian Political Science Association*, Rio de Janeiro.
- SANTOS, L. C. V. G. 2005. A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n.2, p.185-204.
- SANTOS, N. B. 2005(a). A historiografia brasileira das Relações Internacionais desde 1990: Relações Internacionais e Política Externa Brasileira. *XXIII Simpósio Nacional de História*, Londrina.
- _____. 2005(b). História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área. *História*, v.24, n.1, p.11-39.
- SANTOS, N. B.; FONSECA, F. E. 2009. A Pós-Graduação em Relações Internacionais no Brasil. *Contexto Internacional*, v.31, n.2, p.353-380.
- SENNÁ, H. 1996 [1957]. *República das Letras: Entrevistas com 20 grandes escritores brasileiros*. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- SILVA, A. M. S. 1995. O Brasil no Continente e no Mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea. *Estudos Históricos*, vol.8, n.15, p. 139-158.
- SIRINELLI, J-F. 1996. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- TICKNER, A. B. 2002. *Los Estudios Internacionales en América Latina: ¿Subordinación intelectual o pensamiento emancipatório?* Bogotá: Universidad de los Andes; Alfaomega Colombiana.
- VARGAS, J. A. C. 2009. Individuals and Ideas in Itamaraty: The role of diplomatic thought in Brazilian Foreign Policy. Comunicação apresentada em *ABRI/ISA Joint Conference*, Rio de Janeiro.
- _____. 2008. *Uma Esplêndida Tradição: João Augusto de Araujo Castro e a política exterior do Brasil*. Brasília. Dissertação (Mestrado em Diplomacia) - Instituto Rio Branco - Ministério das Relações Exteriores.
- VIGEVANI, T. 1990. *Questão nacional e política exterior. Um estudo de caso: formulação da política internacional do Brasil e motivações da Força Expedicionária Brasileira (FEB)*. São Paulo. Tese. Universidade de São Paulo.
- VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. 2007. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, v.29, n.2, p.273-335.
- VIGEVANI, T; OLIVEIRA, M. F. de; CINTRA, R. 2003. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. *Tempo Social*, v.15, n.2, p.31-61.
- VIZENTINI, P. 1995. *Relações Internacionais e Desenvolvimento: O Nacionalismo e a Política Externa Independente (1951-1964)*. 1. Edição. Petrópolis: Vozes, 1995. v.1.
- _____. 1993. *Da barganha nacionalista à Política Externa independente: uma política exterior para o desenvolvimento/1951-64*. São Paulo. Tese. Universidade de São Paulo.
- WEBER, M. 2008. *Ciência e Política: duas vocações*. 15ª. Edição. São Paulo: Cultrix.
- _____. 2006. *A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais*. São Paulo: Ática.